

A escala nacional diante da transnacionalização do espaço local

The national scale on the transnationalization of the local area

Fábio Antonio de CAMPOS¹

Eduardo José Monteiro da COSTA²

Resumo: Este artigo tem por finalidade discutir a questão do desenvolvimento econômico diante da transnacionalização do espaço local. Para tanto, procura apresentar a visão de mundo atualmente hegemônica, aqui chamada de nova cosmologia, mostrando que esta se estrutura basicamente em uma dicotomia local-global inscrita na economia em rede que coloca à margem do debate as escalas intermediárias, fundamentalmente o papel do Estado. Isso posto, o artigo procura problematizar a escala nacional enquanto possibilidade de superação do subdesenvolvimento, apresentando um contraponto analítico para com a nova cosmologia através da recuperação de alguns elementos do corpo teórico desenvolvido por Celso Furtado.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento. Escala nacional. Nova cosmologia. Celso Furtado.

Abstract: This article aims to discuss the question of the economic development before transnationalization of the local area. To do so, it intends to present an actual hegemonic vision of the world, here called new cosmology, showing that it is organized basically on a local-global dichotomy entered in the networked economy that puts on the sidelines of the debate intermediate scales, principally the role of the State. According to this, the paper aims to discuss the national scale as a possibility for overcoming underdevelopment, showing an analytic counterpoint for the new cosmology introducing some elements of the theoretical framework developed by Celso Furtado.

Keywords: Underdevelopment. National scale. New cosmology. Celso Furtado.

¹ Economista (Unesp), Mestre em História Econômica (Unicamp-IE), Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp-IE), Professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: <fcampos6@yahoo.com.br>.

² Economista (UFPA), Especialista (FGV), Mestre em Desenvolvimento Econômico (Unicamp-IE), Doutor em Economia Aplicada (Unicamp-IE), professor do Dept. de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <ejmcosta@gmail.com>.

1 Introdução

Em um momento onde se busca reviver a problemática do desenvolvimento nacional diante da crise estrutural do capital (MÉZSÁROS, 2009), torna-se premente entender como as reflexões contemporâneas negaram essa temática. Os próprios limites do desenvolvimentismo, teorizados a partir dos anos 1960, diante do aprofundamento da transnacionalização na América Latina e da crise do referencial nacional, relativizaram as perspectivas cepalinas até então norteadas por um padrão de desenvolvimento mundial balizado por um regime central de acumulação³. Com isso, a possibilidade de construção de um desenvolvimento autônomo orientado pelo Estado nacional periférico, capaz de suprimir a condição de dependência externa e de subdesenvolvimento, entrou em crise com as ditaduras militares latino-americanas e seus limites crescentes em função do esgotamento do financiamento externo (PALMA, 1987). Em outros

termos, tanto o acirramento do processo de transnacionalização do capital quanto a crise da dívida externa a partir de 1982 determinaram a desconstrução do aparelho desenvolvimentista, criando as circunstâncias favoráveis para o reflorescimento liberal nos anos 1990.

O processo histórico que encerrou o desenvolvimentismo também marcou a necessidade de novos padrões de desenvolvimento dotados de aberturas financeira, institucional e comercial que pudessem atender aos desígnios de valorização global do capital. Daí ser mobilizado nos âmbitos produtivo, financeiro e ideológico um novo arranjo capitalista em que a escala nacional, que eventualmente poderia garantir o adensamento de certas cadeias produtivas dentro do mercado interno e orientado pelo Estado, deixou de ser considerada estratégica como nos anos 1950. Não será por outro motivo que assistimos nos últimos vinte anos a economia brasileira submetida a uma regressão produtiva que tem na desindustrialização um dos principais vetores, sendo o capital internacional o seu artífice⁴.

³ Por regime central de acumulação entende-se um estágio de expansão do capital internacional, sobretudo durante as duas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial – período em que se associou ao mercado interno de destino –, sendo possível estabelecer certa articulação do espaço econômico nacional definido pela sua fronteira geográfica com a concorrência intercapitalista em escala mundial, avançando na implantação das forças produtivas por meio do adensamento das cadeias produtivas – como foi o caso do processo de industrialização latino-americano nos anos 1950 e 60. Essa reflexão está ancorada na análise de Reich (1994).

Assim, as transformações no capitalismo contemporâneo resultaram em um novo padrão de acumulação mundial que suprimiu em vários países as barreiras territoriais, econômicas e culturais que impediam a livre mobilidade dos capitais ao redor do globo. Tal

⁴ O aprofundamento dessa crítica ao defender que o Brasil adentra numa fase de “reversão neocolonial” diante de tais pressupostos pode ser vista em Sampaio Jr. (2010).

acontecimento, além dos novos paradigmas tecnológicos e financeiros que proporcionaram, colocou a questão do livre-mercado no centro do debate atacando veementemente a lógica de desenvolvimento pautada pela intervenção dos Estados nacionais. Como alternativa à escala nacional, o pensamento neoliberal como ideologia da fase imperialista atual elegeu o desenvolvimento local endógeno como o principal meio de eliminação dos entraves que constroem a solução dos problemas sócio-econômicos de determinados países e regiões. Para esse tipo de abordagem, cujos teóricos a partir dos anos 1970 argumentaram sobre a necessidade de novos centros produtivos de desenvolvimento, que em última análise significava a defesa dos principais preceitos do neoliberalismo, denomina-se nova cosmologia (COSTA, 2003)⁵.

A fim de entender a ascensão deste novo padrão de desenvolvimento e seus limites diante do atraso histórico-estrutural que comporta as economias subdesenvolvidas como a do Brasil, tem-se por objetivo, neste trabalho, descrever o contexto teórico que colocou em xeque a escala nacional diante da transnacionalização do espaço local, enfocando, de um lado, a argumentação que defende tal pressuposto à luz de seus nexos conceituais. De outro lado, busca-se ressaltar alguns traços da incapacidade desta nova cosmologia em conceber o local em função de um projeto de desenvolvimento articulado às

várias escalas geográficas da federação, bem como o seu limite em assumir os instrumentos estatais como úteis para superar os problemas regionais, se inspirando, sobretudo, na obra de Celso Furtado. Para tanto, o trabalho está dividido em quatro sessões, incluída esta introdução. Na sessão seguinte, discute-se a nova cosmologia abordando os seus principais aspectos, como a relação global-local e o significado da economia em rede. Na terceira sessão, confronta-se a nova cosmologia com a escala nacional, recuperando elementos do corpo teórico esboçado por Celso Furtado, no que diz respeito ao desenvolvimento nacional e regional. Por último, apresentam-se algumas considerações finais.

2 A nova cosmologia analítica do desenvolvimento

As décadas que encerram o século XX foram marcadas pelo fim da Guerra Fria, ascensão de uma revolução tecnológica, manifestação, propagação e tomada de consistência de uma nova ordem econômica internacional e difusão sem precedentes do ideário de livre-mercado. Este conjunto simultâneo de eventos propiciou profundas alterações na cosmologia interpretativa da economia, da sociologia, da geografia e das concepções de Estado e do desenvolvimento urbano e regional. Assim, defendida e disseminada pelas correntes hegemônicas do pensamento econômico, esta visão interpretativa do mundo, aqui denominada de nova cosmologia, culminou por impactar e impulsionar decisivamente os estudos

⁵ O tratamento teórico desse conceito está em Costa (2003).

nas áreas de desenvolvimento urbano e regional, dando-lhes forma e direção⁶.

Conforme esta visão de mundo, a dinâmica do capitalismo contemporâneo é geradora de uma conexão espontânea e equilibrada dos espaços e do acirramento de um processo de integração – consubstanciado na unificação do espaço global –, no qual o Estado Nacional apenas gera fricções, que, em última análise, entravam a penetração dos

⁶ Oriundos de uma tradição que remonta aos anos 1970, na qual a análise dos *novos espaços produtivos* entraria no centro do debate contemporâneo, os autores que fazem parte desta corrente, e que apresentaremos a seguir, podem ser considerados os novos teóricos do desenvolvimento, advogando estudos a partir da globalização ancorados em preceitos liberais. Tal marco representou o nascimento de uma nova era, a Era da Flexibilidade, que passou a se desenvolver em um inédito marco socioinstitucional formado por uma nova integração/interação de processos históricos, da mesma forma multidimensionais e interdependentes, e que passaram a conformar um novo regime de acumulação e um novo modo de regulação, o Sistema Industrial Pós-moderno, mais usualmente chamado de Regime de Acumulação Flexível, e a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), regida pelos princípios do neoliberalismo. Denominada de Teoria do Desenvolvimento Econômico Endógeno, este novo corpo teórico passou desde então a impactar e impulsionar decisivamente os estudos nas áreas do planejamento do desenvolvimento regional e urbano, dando-lhes forma e direção. Segundo este corpo teórico, a NOEI fragiliza os Estados Nacionais, reduzindo seus graus de liberdade para formulação de políticas públicas e tornando-os grandes demais para a realização de determinadas funções, e pequenos demais para o cumprimento de outras. O direcionamento da atenção do Estado passa a ser na coordenação de decisões econômicas, na regulação de mercados e serviços públicos, no provimento de serviços sociais básicos e na proteção do meio ambiente.

fluxos de capital no espaço econômico nacional. Portanto, nesta visão, a escala nacional é rejeitada, enquanto centro de decisão principal de um país, sofrendo um redimensionamento do seu poder, espreado na direção dos governos e das comunidades locais que se estima possuírem extraordinária capacidade de cumprir com muito mais eficiência as tradicionais funções que sempre foram as dos Estados Nacionais, quais sejam: a função de regulação e legitimação⁷.

O *busílis* passa ao largo das escalas intermediárias e centra-se na dicotomia global-local, com esta dimensão internacionalizante do espaço regional passando a ser o alvo sócio-territorial principal do desenvolvimento⁸, onde a competitividade das empresas, de

⁷ A ação do Estado Nacional imposta é apenas um fator limitante da criatividade dos agentes locais. Estes focalizam diretamente a vinculação na rede internacional da acumulação, pulando, se possível, qualquer mediação que se dê fora da escala local e dentro da escala nacional. A economia, para eles, condensar-se-ia do local ao global e do global ao local. A respeito dessas considerações, ver Vainer (2001).

⁸ Tal importância estratégica do local, enquanto centro de gestão do global do novo paradigma técnico-econômico, é apreciada por Borja e Castells (1997), em três âmbitos principais: (i) o da produtividade e competitividade econômicas; (ii) o da integração sociocultural; e (iii) o da representação e gestão políticas. Os autores citados defendem a supremacia escalar do local e dos governos locais que possuiriam condições de atrair empresas e promover a sua competitividade e oferecer as bases histórica e cultural para a integração dos indivíduos. Para Ohmae (1996), o sucesso de um setor da economia ou de uma região não é função de uma nação *per se*, mas da combinação específica de indivíduos, de instituições e da cultura nesse setor ou nessa região.

setores e da própria economia nacional torna-se resultante direta da competitividade local. Deste modo, a recomendação básica é que empresas, regiões e governos devam pensar globalmente, mas intervir localmente.

De acordo com os pressupostos desta cosmologia, todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) que concretizam as suas potencialidades de desenvolvimento econômico endógeno. No entanto, a irrupção e a manutenção deste processo requerem, a todo o momento, uma atitude criativa e *pró-ativa* por parte das lideranças locais, ultrapassando as barreiras que, porventura, venham a obstruir o processo de acumulação (VÁZQUEZ, 1998).

Ao cabo das contas, de forma autocéfala e onipotente, o local passa a direcionar suas forças na elaboração e execução de uma *agenda estratégica*, que enseje a construção de ativos locais capazes de: (i) conferirem ao local os atributos da velocidade, flexibilidade, maleabilidade, modernidade e competitividade; (ii) difundirem uma cultura empreendedora; (iii) propiciarem a confiança mútua entre os agentes; e (iv) tornarem o local atrativo (*eleito*) para a internacionalização do capital, através da venda de uma imagem positiva e da criação de um ambiente aprazível e sedutor para os investidores.

A função do governo local aparece de forma extremamente relevante ao

assumir o papel de indutor da legitimidade da mobilização dos atores locais, transformando a ação numa estratégia híbrida, resultante de parcerias entre os setores público e privado (CASTELLS; HALL, 1993), com o objetivo de elaborar mecanismos de inserção da região no regime de acumulação. Cria-se, desta forma, uma “[...] organização social local [...]” (BOISIER, 1988), que, através de uma “[...] ação conjunta [...]” (SCHMITZ, 1997), amplia a base de decisões autônomas por parte dos agentes locais, de tal forma que coloca nas mãos destes o destino da economia local, potencializando um *acidente histórico positivo*.

Um dos pressupostos subjacentes nestas abordagens é o de que a conformação estrutural do sistema capitalista está expressa numa forma de rede, em que o local se materializa numa espécie de nó. Assim, é formada uma nova divisão internacional do trabalho, que não ocorre entre países, mas entre agentes econômicos localizados ao longo de uma estrutura global de redes e fluxos, que interpenetram todos os países⁹, e dão compleição a um mundo binário, abarcando regiões conectadas e excluídas. Essa dinâmica, através da

⁹ Uma rede pode ser definida como um grupo de lugares geográficos ligados em um sistema por um certo número de vínculos. Em consequência, toda rede supõe a existência de pontos no espaço, repartidos de forma descontínua (desde estabelecimentos produtivos a cidades, aeroportos, centrais elétricas ou telefones) e linhas que os vinculam, o que justifica uma evolução interdependente de todos eles, em contraste com as áreas intersticiais, que ficam à margem (MÉNDEZ, 1997).

telemática e dos sistemas de transporte, estaria gerando *efeitos de túnel* por zonas atravessadas e não conectadas, desenhando uma faixa territorial descontínua (discreta) e fraturada, onde se observam afastamentos cada vez maiores, em todas as escalas, entre zonas integradas e zonas periféricas e abandonadas¹⁰.

Na visão de Castells (1999), observa-se um redimensionamento de escalas e estruturas de poder, que não mais se concentram nas instituições (Estado), organizações (empresas capitalistas) ou mecanismos simbólicos de controle (mídia corporativa, igrejas). Ao contrário, difundem-se por redes globais de riqueza, poder, informações e imagens, que circulam e passam por transmutações em um sistema de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, o poder não desaparece. Ele ainda se impõe à sociedade, ainda molda e exerce domínio sobre a humanidade, estando inscrito, fundamentalmente, nos códigos culturais, mediante os quais as pessoas e as instituições representam a vida e tomam decisões, inclusive políticas. Em certo sentido, o poder, embora real, torna-se imaterial, com o poder dos fluxos sendo mais importante que os fluxos de poder¹¹.

¹⁰ Essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais bem definidas. A este respeito, ver: Castells (1999) e Compans (2001).

¹¹ De acordo com Castells (1999), a globalização do capital, a *multilateralização* das instituições de poder e a descentralização da autoridade para governos locais e regionais ocasionam uma nova geometria do poder, talvez levando a uma nova

A intervenção do Estado é vista apenas como geradora de fricções que entravam o desenvolvimento capitalista, respaldando, efetivamente, a implantação de práticas liberais que diminuem o controle estatal da economia. Há somente uma exceção. A interferência do Estado é admitida no caso da economia encontrar-se numa posição de *equilíbrio subótima*, resultante de *falhas de mercado*. Contudo, a ação pública deve limitar-se na construção de um *ambiente favorável* e estimulante dos investimentos privados, através de maiores gastos em educação, melhorias na regulação ou melhorias na infraestrutura econômica que resulte na desobstrução e na restauração de condições adequadas à maior produtividade dos fatores, aperfeiçoando o ambiente institucional e possibilitando a diminuição dos *custos de transação* na operação do sistema econômico.

Noutras palavras, a ação estatal fica limitada na regulamentação de mercado e na provisão da estabilidade macroeconômica capaz de possibilitar que as *forças de mercado* conduzam o sistema capitalista à otimização do seu desenvolvimento, destituindo o Estado de poder sobre a política monetária, política cambial, política fiscal, definição do orçamento, organização da produção e do comércio, e correção de

forma de Estado – o Estado em rede. Atores sociais e cidadãos em geral maximizam as chances de representação de seus interesses e valores, utilizando-se de estratégias em redes de relações entre várias instituições, em diversas esferas de competência.

desequilíbrios sociais e regionais, impondo uma liberalização comercial e uma desregulamentação financeira para que o capital tenha absoluta liberdade de movimento, submetendo todos os campos da vida social, sem exceção, à sua valorização, tornando, inclusive, o próprio local enquanto objeto mercantil¹².

Implicitamente, esta visão acadêmica e de mundo traz um conteúdo tácito de ideologia, conformismo e dominação, na qual o local aparece como a escala suprema do desenvolvimento, desprovida de qualquer tipo de entorno ou relações com sua hinterlândia¹³, ao mesmo tempo em que condena ao ostracismo as políticas desenvolvimentistas macrorregionais. Assim, à referida escala é creditada uma onipotência endógena para a gestação de um processo sustentado de desenvolvimento denotando uma quiddidade a-histórica, a-temporal e a-espacial. Por conseguinte, tão somente por meio da elaboração e da implantação da insigne *agenda estratégica* podem ser gestados os condicionantes precípuos deste processo suscetível de transformar

¹² No Brasil, tal função fica explicitamente designada pelas Agências Reguladoras oriundas das reformas liberalizantes, a partir dos anos 1990. Uma abordagem específica sobre o assunto pode ser encontrada em Rosa (2008).

¹³ Apesar de este corpo teórico resgatar o conceito de forças centrífugas e centrípetas de Hirschman (1981), a aplicação que faz dele é completamente distinta da formulação teórica original do autor, na medida em que ele não se preocupa com a relação entre locais e regiões e nem com o papel do Estado na correção de desequilíbrios regionais, mas sim, unicamente, com a atração de fatores produtivos para o aglomerado.

o local em mais um nó *eleito* da rede de acumulação capitalista global¹⁴.

Nessa visão, a concorrência intercapitalista deixa de ocorrer somente entre agentes e passa a ocorrer, também, entre localidades que *quase tudo podem*, numa espécie de *darwinismo localista*, azado pela *venda* da melhor imagem do local ou da região e consubstanciada na disputa entre localidades para atrair os investidores para o seu *clima local de negócios*. Torna-se factível, portanto, entreluzir o nascimento de uma nova espécie de *concorrência harmônica* entre os agentes, baseada numa comunidade cívica e solidária, numa cultura fortemente enraizada e nos seus ativos flexíveis e globalizantes, que ao buscarem uma boa governança¹⁵ local e

¹⁴ Esta análise não deixa de possuir uma certa contradição ao afirmar, por um lado, que o local quase tudo pode e, por outro, acreditar que, ao mesmo tempo, as sobredeterminações principais do capitalismo se dão no âmbito da rede de acumulação global.

¹⁵ Para Cassiolato e Szapiro (2003), o conceito de governança parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores – Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não governamentais etc. – nos processos decisórios locais. Porém, para os referidos autores, tal visão não pode ignorar o fato de que grandes empresas localizadas fora do arranjo, com efeito, coordenam as relações técnicas e econômicas ao longo da cadeia produtiva condicionando significativamente os processos decisórios locais. Já segundo o Sebrae (2003), verificam-se duas formas principais de governança: (i) As hierárquicas são aquelas em que a liderança é claramente exercida por um único ator, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local. Surge geralmente a partir de uma série de situações em

estratégias cooperativas estariam promovendo o bem comum e o desenvolvimento local endógeno.

Em suma, esta cosmologia atual, no limite, infere que hodiernamente a culpa do subdesenvolvimento recai principalmente na escala local em decorrência da sua incompetência na gestação de um processo de desenvolvimento econômico endógeno, isentando o sistema capitalista de tensões e de estruturas de poder. O local torna-se um espaço-plataforma homogêneo, meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno. Um altiplano ou espaço reflexo, inerte, onde não existe um contexto político e institucional que molda o seu contorno econômico (BRANDÃO, 2002).

3 A Escala nacional em Celso Furtado *versus* a nova cosmologia

Sem a intenção de explorar as insuficiências presentes nas abordagens do desenvolvimento regional e urbanas aqui ressaltadas, um questionamento merece destaque na discussão proposta neste trabalho, inclusive, apoiando-se em Pellegrino (2005): em que medida é desejável estimular processos de desenvolvimento centrados

que alguma forma de coordenação e liderança local condiciona e induz ao surgimento da aglomeração de empresas (exemplo de uma empresa âncora); (ii) A forma de *rede* caracteriza-se pela existência de aglomerações de empresas, sem que um ator isolado exerça o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas. É marcada pela intensidade de relações entre um amplo número de agentes, em que nenhum deles é dominante.

exclusivamente no local que podem, em um mesmo espaço nacional, estimular discrepâncias econômicas e sociais entre regiões urbanas distintas? As teorias apresentadas negligenciam a questão da articulação comercial, produtiva e financeira entre regiões que constituem uma federação, subestimando a problemática do desenvolvimento nacional e sua particularidade histórica. Adicionalmente, quase nenhuma relevância é apresentada à débil autonomia das cidades e regiões em meio a um Estado nacional, uma vez que tais abordagens partem do pressuposto que existe ampla independência do local em termos políticos e econômicos. Ademais, a maioria desses enfoques advoga a transposição de certos êxitos locais para outras regiões ou países, descartando as particularidades histórico-estruturais de cada região. A essência das visões localistas aqui apresentadas é, portanto, uma exagerada superestimação da territorialidade do desenvolvimento econômico, descartando propositalmente as escalas intermediárias, principalmente a escala nacional, entre o espaço local e a economia transnacionalizada.

É importante ressaltar que é essa visão teórica que tem pautado a realização de investigações empíricas e trabalhos acadêmicos no Brasil, bem como tem orientado muitas das políticas públicas praticadas no país nos últimos anos¹⁶.

¹⁶ Para um bom panorama da influência das visões localistas nos trabalhos acadêmicos recentes e na condução das políticas públicas brasileiras (nas esferas regional e urbana), ver, entre outros: Arantes, Maricato e Vainer (2000); Cassiolato e Lastres (1999); Rezende e Lima

Nesse sentido, trabalha-se aqui com a hipótese de que, no caso do Brasil, a atual configuração macroinstitucional aponta para um cenário de frágeis articulações entre as escalas nacional e local, denunciando a gravidade da crise do pacto federativo¹⁷. Argumenta-se também que a possibilidade de desarticulação de laços socioeconômicos, produtivos e financeiros – constituídos ao longo do processo de industrialização por substituição de importações – entre os atores que formam a federação brasileira é exacerbada pela maneira como o país, na condição de nação subdesenvolvida e com históricas desigualdades regionais, faz sua inserção na nova ordem mundial a partir da

(1999); Jiménez (2002); e Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais da Anpur (1999).

¹⁷ Segundo Affonso (1995, p. 71-72), o *pacto federativo* consiste em um “[...] intrincado sistema de trocas, na maioria das vezes implícito, centrado em grande parte nos fundos públicos e responsável pela soldagem dos interesses regionais e pela constituição de um espaço nacional de poder. Nos últimos anos, forças centrífugas desagregadoras, tanto internas quanto externas ao espaço nacional, têm atuado no sentido de problematizar esse pacto federativo e dificultar a sua recomposição em novas bases. A isso chamamos de ‘crise do federalismo’ ou ‘crise da federação’, a qual é uma dimensão fundamental da crise do Estado. A referência à dimensão espacial da crise impõe-se principalmente em um país marcado por tão grandes disparidades regionais”. Jiménez (2002, p. 46) acrescenta que na maioria das nações latino-americanas ganharam força dois processos importantes no quadro do novo marco histórico: “[...] la desvalorización de la planificación y de las políticas sectoriales y regionales, y la descentralización, para aligerar al Estado nacional de responsabilidades que supuestamente podían ser mejor cumplidas por los niveles subnacionales”.

década de 1990. Assume-se, portanto, que o atual quadro econômico, político e institucional brasileiro facilita a penetração e a aplicação de muitas das ideias presentes nos enfoques aqui apresentados, uma vez que a grande maioria dessas vertentes estimula uma dinâmica socioeconômica e espacial vinculada estritamente às exigências do setor externo.

Entende-se desse modo que num país com graves e históricas disparidades regionais, como o Brasil, a validação indiscriminada de políticas localistas de desenvolvimento representa um retrocesso que culmina no processo de interrupção da construção das bases materiais da nação. Não se trata de condenar arbitrariamente esforços reflexivos no intuito de estimular o crescimento econômico de uma determinada localidade ou região dentro do Brasil, mas sim de ressaltar que a superação da dependência externa e do subdesenvolvimento brasileiro tem que levar em consideração diferentes escalas geográficas (nacional, regional, estadual e/ou municipal), tal como propõe o legado teórico de Celso Furtado.

Na direção contrária às visões localistas, o desenvolvimento econômico das partes só se sustenta, segundo a visão de Celso Furtado, à medida que o rumo das decisões esteja centrado em um projeto social, sendo o todo estabelecido em função da própria escala nacional. Tal projeto – calcado na intermediação do Estado, que é o elo mais importante da cadeia que sustenta os centros internos de decisão (FURTADO, 1962; 1968) – só

poderá se constituir quando satisfeitos pelo menos três aspectos: (i) aumento da eficácia do sistema social de produção; (ii) satisfação das necessidades elementares da população; e (iii) realização de objetivos dos grupos dominantes que disputam a utilização de recursos escassos em uma determinada sociedade (FURTADO, 1980). Em outras palavras, o desenvolvimento se constitui na capacidade de os grupos internos subordinarem o avanço das forças produtivas, o ritmo do progresso técnico e a divisão social do trabalho aos desígnios gerais de uma coletividade que se expressa por suas diversidades no conjunto da federação.

Celso Furtado (1980), ao reforçar este caráter nacional, também assinala que o processo histórico que conduziu ao desenvolvimento através do capitalismo engendrou seu revés, ou seja, países imersos no sistema, mas carentes de desenvolvimento. O dinamismo capitalista produziu o desenvolvimento no seu centro difusor, porém, em certas regiões periféricas que foram irradiadas por ele, estabeleceu-se um outro processo, que não teve a mesma forma, nem compartilhou dos mesmos efeitos. A falta de desenvolvimento dos países que estão à margem do centro capitalista, mas complementares à realização do sistema, foi denominada de subdesenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são, portanto, formações coetâneas que jamais podem ser entendidas como resultado de uma etapa¹⁸.

¹⁸ Ou seja, “[...] seu estudo não pode realizar-se isoladamente, como uma ‘fase’ do processo de

Segundo o modelo estruturalista furtadiano, a superação do subdesenvolvimento em países como o Brasil estaria, de um lado, na representação do Estado como liderança do processo, que atuaria através do planejamento, uma vez que o empresário privado não possuiria os meios de execução dessa complexa tarefa; de outro, ao se subordinar à ação planejada do Estado, o capital internacional origina a associação pública à técnica importada, como necessidade estrutural de ensejar o desenvolvimento, dada a debilidade das forças produtivas internas, sem antes prescindir do marco regulatório que o condiciona (FURTADO, 1962).

Ao fundamentar a escala nacional controlada pela racionalidade estatal como sendo condição indispensável ao desenvolvimento, Furtado, influenciado pelas teorias de François Perroux, de quem foi aluno em Paris, acreditava que por mais que em determinado local de uma região subdesenvolvida ocorresse um processo virtuoso de desenvolvimento, este não tenderia a se

desenvolvimento, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, que os atuais países subdesenvolvidos não podem repetir a experiência dessas economias. É um confronto com o desenvolvimento que teremos que captar o que é específico ao subdesenvolvimento. Somente assim poderemos saber onde a experiência dos países desenvolvida deixa de apresentar validade para os países cujo avanço pelos caminhos do desenvolvimento passa a depender de sua própria capacidade para criar-se uma história” (FURTADO, 1968, p. 4).

propagar no vasto conjunto ou, no caso de isso ocorrer, provocaria desequilíbrios que não seriam fecundos ou não se corrigiriam espontaneamente, justamente pelo fato de a economia subdesenvolvida ser desarticulada¹⁹. Desta forma, ao se questionar quais as vias para superação do subdesenvolvimento, Furtado acaba rejeitando categoricamente a ideologia do liberalismo econômico e a crença de que o mercado seria capaz de fornecer os elementos necessários para a correção desta malformação sócio-econômica. O liberalismo, indubitavelmente, somente tenderia a aprofundar os determinantes estruturais do subdesenvolvimento.

O papel desempenhado pelo Estado e pelas unidades produtivas dominantes (em especial as empresas transnacionais) é elemento central do debate, na medida em que ressalta a importância para o direcionamento da conformação do espaço capitalista das macrodecisões tomadas por agentes privilegiados, entendendo que o funcionamento da economia não pode ser compreendido com base nas decisões dos pequenos agentes ou no mecanismo de mercado.

Perroux foi o primeiro a trabalhar com este conceito de macrodecisão, definindo-o como uma escolha

¹⁹ Perroux (1967) já esclarecia que uma economia subdesenvolvida, em geral, caracteriza-se por ser uma economia desarticulada, dualista de dois setores, um moderno e outro arcaico. Daí resulta que uma força de crescimento aplicada em determinado ponto não se propaga no vasto conjunto ou, no caso de isso ocorrer, provoca desequilíbrios que não são fecundos ou não se corrigem espontaneamente.

intencional e economicamente racional de uma unidade dominante que se utiliza do uso do poder, da força e da coação para tornar compatíveis os comportamentos discordantes. Para tanto, fundamenta-se em decisões, cálculos e opções sobre resultados futuros, baseados numa antecipação global das reações dos agentes em curso num meio de impacto e transmissão²⁰. Esta visão pressupõe uma economia dual de dominantes e dominados, sejam eles Estados, empresas, regiões ou cidades, com o efeito de dominação existindo no momento em que a influência de um agente sobre outro se manifesta em distintos graus de reciprocidade, com ou não intencionalidade. Em última instância, as ações econômicas são reflexos de macrodecisões motivadas pela superestrutura, com toda a ação econômica sendo determinada por alguma forma de poder. No específico ao Estado, este é o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões por possuir os mais importantes centros de decisão. Assim, a situação *ex post* da economia será resultante de uma *mão-visível* do Estado que representa os interesses da superestrutura social *ex ante*.

²⁰ Perroux (1967) descreve que a coação pode ser implementada por sujeitos privados ou públicos. A coação pública é a coação organizada e socialmente legitimada. É exercida pelo Estado, detentor do monopólio desse bem. Os cálculos e opções relativos ao seu emprego são frequentemente considerados como decisões *políticas*, estranhas à análise econômica e encaradas como dados em que esta não tem de penetrar. A macrodecisão é a decisão do agente com maior poder de coação.

Celso Furtado, nas suas análises estruturais sobre economias periféricas, captura diversos destes elementos, destacando a importância das macrodecisões enquanto objeto de vontade política na transformação das estruturas regionais subdesenvolvidas, afirmando que mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção na medida em que comporta um elemento de intencionalidade. Segundo seu arcabouço teórico, o sistema econômico, seja este local, regional ou mesmo nacional, significa a existência de dispositivos de coordenação e certa unidade de propósitos e comando, com intervenções de centros de decisão, que representam a estrutura de poder, e que respondem por ideais sociais, político e econômicos. Há, portanto, nesta estrutura, um quadro institucional e um poder regulador, fundado na coação e/ou consentimento, capaz de arbitrar os conflitos que se manifestam em torno da apropriação e da alocação dos escassos recursos. Consequentemente, o entendimento do comportamento dos agentes econômicos somente é possível através da análise de como estão arquitetadas as suas estruturas sociais.

Nesse sentido, as inferências na política econômica sobre o subdesenvolvimento revelam o sentido para a reversão do atraso social, em que Furtado aponta três direções. Em primeiro lugar, deve-se abandonar o critério das vantagens comparativas estáticas como fundamento da inserção na divisão internacional do trabalho, tornando-se fundamental procurar uma nova forma de inserção

estimuladora do avanço tecnológico. Em segundo, é imprescindível a introdução do planejamento como instrumento ordenador da ação do Estado, cujas funções no campo econômico tenderiam a crescer na medida em que se ampliasse o esforço de superação do subdesenvolvimento. Para isso, defende o fortalecimento da burocracia, fundamental para que nos regimes democráticos haja uma continuidade de políticas públicas. E, finalmente, destaca o fortalecimento das instituições da sociedade civil, de cuja ação se pode esperar a renovação das bases sociais de sustentação do Estado e a contestação dos padrões prevaletentes de distribuição da renda.

Diante desta ampla agenda pautada pelo revigoramento da federação, o pensamento de Furtado representou um resgate da importância da escala nacional no planejamento, na articulação e na condução do processo de superação do secular atraso sócio-econômico em regiões como o norte e nordeste brasileiros. Não por acaso, seu eixo teórico logra ao poder estatal a capacidade de subordinar o funcionamento da economia às necessidades essenciais do conjunto da sociedade nacional.

No entanto, com a crise dos anos 1960 no Brasil que culminou com o Golpe de 1964, a problemática do desenvolvimento nacional teve que ser revista pelo autor de modo a flexibilizar o seu modelo estruturalista. As teses da Cepal sofreriam grandes questionamentos nesse momento, visto

que a problemática do desenvolvimento nacional autônomo entrava em choque com as próprias mudanças institucionais que as ditaduras militares implantariam se submetendo a transnacionalização do capital na América Latina (FALETTO, 1998). Ainda que até esse momento fosse possível compatibilizar transnacionalização e industrialização, resultando em espaços delimitados nacionalmente que se confundiam com a própria construção do sistema econômico nacional, as metamorfoses do processo imperialista resultariam na relativização das escalas nacionais como principal elo de valorização mundial (SAMPAIO Jr., 1999). A partir dos anos 1960 e, com mais força, após a crise do petróleo em 1973, a transnacionalização bancária norte-americana, aliada às novas estratégias de valorização das empresas transnacionais, começaria impor uma reformulação no tipo de associação do desenvolvimento capitalista periférico com as economias centrais, cuja extinção de controle econômico às fronteiras nacionais se fazia extremamente necessária para garantir maior mobilidade ao capital internacional.²¹

A crítica ao tipo de desenvolvimento capitalista que vinha sendo teorizada pela Cepal passa a ser realizada dentro da problemática da dependência (PALMA, 1987). Segundo a síntese de Hadler (2012) sobre as clivagens desses críticos, temos num primeiro plano os autores que veem o esgotamento da

²¹ A síntese desse momento foi desenvolvida por Campos (2009). Já as implicações teóricas desse processo podem ser vistas em Hadler (2012).

possibilidade progressista do desenvolvimento capitalista em economias dependentes como a brasileira, marcadas pelo caráter antissocial, antidemocrático e antinacional, cuja superação do subdesenvolvimento só pode ser considerada a partir da negação do capitalismo, apoiando-se na tradição marxista²². Em outra vertente, encontramos a defesa de que o desenvolvimento capitalista seria possível de maneira dependente e associada, sem necessariamente romper com essa lógica, portanto, crítica à corrente anterior²³.

A partir de tal contexto, Furtado necessitará nos anos 1970 de revisar seus principais pressupostos sobre o desenvolvimento nacional diante da transnacionalização e seus efeitos deletérios sobre a América Latina. Nessa

²² Embora com métodos de análise distintos, uma aproximação pode ser feita entre Marini (2005) e Fernandes (2006), nessa vertente segundo Hadler (2012).

²³ Cardoso; Falleto (1970) seria o expoente dessa linha defendendo a possibilidade de utilizar da dependência externa negociando com o capital internacional de modo a defender os interesses do desenvolvimento nacional, se aproveitando de cada situação concreta colocada pela transnacionalização. Como continuidade a essa vertente, segundo Hadler (2012), Tavares e Serra (1972), e depois Mello (2009), concebiam a inexistência da contradição exposta pela vertente marxista entre um antagonismo do desenvolvimento nacional com autonomia relativa estatal associada ao imperialismo, uma vez que para eles a internalização de uma dinâmica de acumulação endógena permitiria uma relação virtuosa com o capital internacional, de modo a fornecer as bases para a construção do sistema econômico nacional.

nova incursão, fica claro para o autor que a tentativa de submeter o capital internacional à órbita das macrodecisões do Estado brasileiro se mostrava cada vez mais como um mito (FURTADO, 1974), quando no contexto do pós-guerra o centro capitalista liderado pelos EUA parecia permitir que alguns países periféricos se estruturassem com uma relativa autonomia interna, a fim de desenvolverem uma industrialização que participasse das vicissitudes da internacionalização do mercado interno, o que, por sua vez, acabaria servindo de escudo ideológico ao avanço do socialismo. Com a crise dos anos 1970 e o fim da Guerra Fria, a desestruturação dos centros internos de decisão em função do processo de transnacionalização em sua dimensão financeira tornou-se fatal para a continuidade do desenvolvimentismo em países periféricos como o Brasil.

Nessa nova rearticulação transnacional, Furtado (1982) entendeu ser a ampliação da mobilidade do capital, mediante sua conexão produtiva ante os circuitos de acumulação financeira, um empecilho para que os países subdesenvolvidos conduzissem a expansão industrial pelos seus próprios destinos, e por isso denominou de *nova dependência*. Ao realocar seus fluxos sobre várias regiões no mundo, sobretudo utilizando a tática de acumulação produtiva entrelaçada à financeira, o capital internacional tendeu a desprezar a importância das escalas nacionais, principalmente nos países subdesenvolvidos, elegendo a estratégia localista como a mais adequada para administrar suas teias produtivas

organizadas em empresas-rede (FURTADO, 1992). Nesse sentido, as elites locais se viram seduzidas a fazer parte deste novo pacto transnacional e procuraram ideologicamente esvaziar o desenvolvimentismo. Além das questões relativas aos investimentos, ou das questões *técnicas* dessa ação – como as reformas financeiras internas e o ajustamento institucional ao novo circuito ampliado de acumulação –, tais elites acabaram reforçando sua condição de porta-vozes dos interesses transnacionais dentro dos países subdesenvolvidos e se articulando para interferirem na política econômica que porventura pudesse contrariar seus próprios interesses²⁴.

²⁴ O “[...] caráter supranacional do capital estrangeiro [...]” (FURTADO, 1969) limitou a ação do Estado em autodeterminar o desenvolvimento nacional. Tal dificuldade resultou nos mais expressivos nexos de dependência que o Brasil sofreu em face da “estratégia multinacional” das filiais estrangeiras. Isso ocorreu na medida em que o processo de industrialização avançou, fazendo o capital internacional aumentar seu controle sobre o aparelho produtivo nacional. Dessa maneira, é mister recordar que antes o poder do capital estrangeiro emanava da simples imitação dos padrões de consumo através das importações dos bens, contudo, a partir da substituição das importações, ele se instalou no próprio núcleo do sistema produtivo local. E mesmo quando a burguesia brasileira ou a burocracia estatal tentou manter o controle deste sistema, não significou menor dependência, pois os padrões de consumo estavam sendo reproduzidos, tais como foram criados no centro capitalista. A desnacionalização da economia interna tornou-se inexorável, submetendo-se completamente à influência das empresas estrangeiras (FURTADO, 1974).

O desafio que se coloca então, para atualizar o pensamento do autor diante da problemática brasileira, é a luta contra a dependência externa, consubstanciada em parte pela transnacionalização do espaço regional, a qual impede as localidades de se integrarem de fato ao mundo por escala nacional capaz de romper as restrições tecnológicas, culturais e financeiras do subdesenvolvimento. Para isso, o próprio exercício de uma vontade política apoiada num amplo consenso social e num projeto nacional precisa ser entendido enquanto um processo dinâmico que transcenda elementos de natureza puramente econômica, alcançando toda a estrutura de organização da sociedade, comportando sempre um elemento de invenção como ensina Furtado.

O problema é que nos marcos do capitalismo atual as condições históricas condicionadas pela impossibilidade de reproduzir nas sociedades periféricas um regime centralizado de acumulação diante da regressão produtiva inviabilizam a proposta de planejamento estatal nos termos que o próprio autor indica²⁵. Há de se superar o sistema atual, e com ele a própria opção limitada que se estabelece com o poder estatal capitalista. Se desenvolvimento é tensão e confronto político de forma a romper os elos histórico-estruturais da

segregação social e da dependência²⁶, com o abismo econômico e a barbárie em que o sistema se encontra, sobretudo em regiões como a América Latina, um processo civilizador, baseado no progresso material e manifesto numa estrutura de sociedade emancipada, englobando novos horizontes culturais, institucionais, sociais e econômicos, que alarguem os campos de possibilidades dos agentes e que conduzam à criação de valores, bens e serviços que se difundam mais homoganeamente pela sociedade, só poderão ser inscritos em uma nova ordem.

4 Considerações finais

A nova cosmologia, ao representar a mentalidade de um padrão de acumulação que procura destituir todos os meios que possam frear a liberalização do espaço e imobilizar a dinâmica internacional do capital, impede as condições para a superação do subdesenvolvimento em países como o Brasil. A exigência de espaços locais determinados para servirem de conexões globais ante o processo de internacionalização não passa de um obstáculo introjetado nas economias dependentes que as emperra de perseguirem seus destinos através de seus próprios meios.

Ainda que certos locais ou regiões consigam se conectar à lógica de acumulação transnacional, e com isso garantirem patamares civilizatórios

²⁵ O alcance e os limites da análise furtadiana para entender a complexidade atual, bem como as contradições e a crítica à abordagem desse autor, encontram-se em Sampaio Jr. (2008) e Hadler (2012).

²⁶ Essa questão foi desenvolvida por Brandão (2008) ao discutir o método analítico de Celso Furtado.

minimamente adequados, a descentralização do poder em países subdesenvolvidos confere uma perda de rumo nacional. Com isso, regiões intranacionais, que não apresentam critérios compatíveis à nova ordem da rede supranacional, estariam abandonadas ao acaso, colocando em risco a própria unidade da federação.

A concentração e a centralização do capital – que é nacional e desenvolvido – em seus locais de origem, ao representarem o núcleo orgânico das multideterminações administrativas, científicas e tecnológicas que garantem a ação global, desmantelam os centros internos de decisão da periferia mediante descentralização do poder nacional e a decapitação dos principais instrumentos estatais de condução econômica e social. Tal façanha, claro que não é imposta, tampouco significa uma conspiração, mas sim sobredeterminada graças a uma parte das elites internas dos países periféricos, que ao incorporarem esta lógica, garantem a ampliação de suas rendas, ao mesmo tempo em que promovem reformas estruturais internas condizentes com a liberalização dos fluxos externos de capitais. Ao estar o capital internacional em regime de parceria com as classes dominantes internas, essas elites logram uma perfeita integração local-global na valorização dos estoques de riqueza.

Como forma de se libertar do contexto histórico que coloca o Estado brasileiro aprisionado na arena com a nova cosmologia – eleitora do local como panaceia do desenvolvimento

sustentável –, tem-se como referência teórica Celso Furtado. Distante de perseguir uma posição idealista da construção da nação, o autor conseguiu demonstrar teoricamente como ser possível resolver a questão do subdesenvolvimento admitindo todas as escalas geográficas da federação, sem abrir mão, por isso, de um caminho definido politicamente em um projeto amplo de reversão socioeconômica. No entanto, o desafio contemporâneo é ainda maior, uma vez que o capitalismo na fase atual impõe às sociedades periféricas limites intransponíveis para reconstruir o desenvolvimentismo, inviabilizando-o e forçando, portanto, a recuperar sim o legado de Furtado, mas com a missão de superá-lo.

Referências

AFFONSO, R. B. A Federação no Brasil: impasses e perspectivas. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. **A Federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS. Niterói: Anpur, n. 1, maio 1999.

ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOISIER, S. Política Econômica, Organização Social e Desenvolvimento Regional. In: HADDAD, P., R.; FERREIRA, C. M. de C.; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. **Economia Regional**

(teorias e métodos de análise). Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 1988.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: United Nations for Human Settlements, Santillana, 1997.

BRANDÃO, C., A. **Espaço como Receptáculo X Espaço Construído Socialmente**. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. O Compromisso com a (n)ação em Celso Furtado: notas sobre seu sistema teórico-analítico. **Economia Ensaios**, v. 22, n. 2, 2008.

CAMPOS, F. A. **A Arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)**. Campinas, 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Globalização & Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M.; CASSIOLATO, J.; MACIEL, M. **Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.; HALL, P. **Las tecnópolis del mundo: la formación de los complejos industriales del siglo XXI**. Madrid: Londres: Alianza Editorial, 1993.

COMPANS, R. **A Emergência do empreendedorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro**. 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA, E. J. M. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em Regiões Periféricas: um estudo de caso a partir de aglomerações produtivas paraenses**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FALETTO, E. Los años 60 y El tema de la dependencia. **Estudios Avanzados**, v. 12, n. 33, 1998.

FERNANDES, F. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, F. **A Pré - revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Um Projeto para o Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

- _____. **O Mito do desenvolvimento econômico.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Pequena introdução ao desenvolvimento.** 1. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- _____. **A nova dependência:** dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- HADLER, J. P. C. **Dependência e subdesenvolvimento:** a transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. São Paulo: Alameda, 2012.
- HIRSCHMAN, A. O. The rise and decline of development economics. In: *ESSAYS in trespassing: economics to politics and beyond.* Cambridge University Press, 1981.
- JIMÉNEZ, E. M. **Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización.** Santiago: ILPES/CEPAL, 2002. (Serie Gestión Pública, n.27).
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini:** vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 11. ed. São Paulo: Editora Unesp; Campinas-SP: Facamp, 2009.
- MÉNDEZ, R. **Geografía económica:** la lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ed. Ariel, 1997.
- MEZSÁROS I. **A Crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- OHMAE, K. **O Fim do Estado-nação:** a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- PALMA, G. Dependencia y desarrollo: ua visión crítica. In: SEERS, D. **Teoria de la dependencia:** una revaluacion critica. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- PELLEGRINO, A. C. G. T. **Nas sombras do subdesenvolvimento:** Celso Furtado e a problemática regional no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.
- PERROUX, F. **A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.
- REICH, R. B. **O Trabalho das nações:** preparando-nos para o capitalismo do século 21. São Paulo: Educator, 1994.
- REZENDE, F.; LIMA, R. (Org.) **Rio - São Paulo Cidades Mundiais:** desafios e oportunidades. Brasília: IPEA, 1999.
- ROSA, A. D. **Agências Reguladoras e Estado no Brasil:** reformas e reestruturação neoliberal nos anos 90. Marília: 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e

Ciências, Universidade Estadual endógeno. Madri: Ediciones Pirámide, Paulista. 1998.

SAMPAIO Jr., P. S. A. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo, **Ensaio**, v. 22, n. 2, 2008.

_____. Etapa Superior do Imperialismo, Reversão Neocolonial e Revolução Brasileira. In: MALTA, M.; CASTELO BRANCO, R. (Org.) **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**. São Paulo: Editora Pão e Rosas, 2010.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. Institute of Development Studies, 1997. (Working Paper, n. 50).

SEBRAE. Termo de referência para atuação do Sebrae em arranjos produtivos locais. Sebrae, 2003.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. Além da estagnação. In: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VAINER, C. B. As Escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, ano 15, n. 2, ago./dez. 2001.

VÁZQUEZ, B. A. **Desarrollo, redes e innovación**: lecciones sobre desarrollo